

ID: 119938713

04-11-2025

“É kafkiano: o genocida é a vítima, e nós, o povo palestino, os agressores”

Raji Sourani O coordenador da equipa palestina no TPI e membro da equipa da África do Sul no caso de genocídio contra Israel no TIJ falou com o PÚBLICO por videochamada

Entrevista

Maria João Guimarães

Raji Sourani defendeu palestinos em Israel e esbarrou num sistema em que não conseguia justiça (ele próprio foi preso várias vezes, a Amnistia Internacional classificou-o como “prisioneiro de consciência”). Apresentou casos em países europeus e esbarrou num bloqueio político. O passo seguinte foi o Tribunal Penal Internacional (TPI), onde coordena a equipa palestina (faz ainda parte da equipa da África do Sul no caso contra Israel por genocídio).

Atualmente no Egito, depois de a sua casa em Gaza ter sido destruída por Israel (“eu, e a minha mulher e o meu filho deveríamos estar sob escombros”), Raji Sourani falará por videoconferência hoje, às 18h, no Iscte, em Lisboa, no lançamento do Observatório do Estudos da Palestina.

Numa entrevista falou da sua experiência de vida – como é que esta o levou ao seu trabalho actual?

Cresci numa família profundamente enraizada em Gaza, estamos lá há séculos. Nasci em 1953, em 1967 era muito jovem, veio a ocupação, as mortes, a destruição, a resistência. Um dos meus irmãos foi preso, outro era procurado e saiu de Gaza. Era muito duro.

Estudei Direito em Beirute e Alexandria, regressi aos territórios ocupados em 1977 e envolvi-me politicamente. Exerci, e fui preso ao fim de dois anos, condenado a três anos de prisão. Foi muito revelador. Descobri o que significa a tortura no meu corpo, a pressão física e psicológica, o querer morrer cem vezes por dia. Vi a coordenação entre os serviços secretos, a polícia, o procurador, para evitar acusações e como os casos são

preparados. Ver isso por dentro ajudou-me muito no meu trabalho.

Decidi dedicar muito do meu tempo aos presos políticos e a defendê-los, estudei hebraico, todas as ordens militares israelitas, as Convenções de Genebra.

Fui preso de novo em 1985, fui sentenciado a detenção administrativa [permite detenção sem acusação por períodos renováveis]. Já libertado, fui assediado no meu escritório, em casa. Voltei a ser detido.

Aos 26, 27 anos, tinha um escritório com 11 advogados a trabalhar para mim, e dedicávamo-nos à defesa dos presos políticos palestinos e das vítimas da ocupação.

Um trabalho difícil dado o que já referiu do sistema legal de Israel.

Sim, mas com cada caso o trabalho foi-se consolidando. Claro que não estava autorizado a sair de Gaza e cooperava com advogados israelitas, com organizações da sociedade civil israelita. E nos anos 1980, com mais organizações internacionais de direitos humanos, como a Amnistia Internacional, a Human Rights Watch.

Surge depois, com a detenção de Pinochet, a ideia de recorrer à jurisdição universal?

O sistema de justiça de Israel serve para dar cobertura legal aos crimes sistemáticos cometidos pela ocupação. Quero dizer com isto que, através de casos específicos, centenas, milhares de casos que apresentámos, descobrimos como o Tribunal Superior de Justiça israelita legalizou a tortura, os assassinios selectivos, a demolição de casas, a confiscação de terras, a construção de colonatos, a deportação, até o bloqueio de toda a Faixa de Gaza; como legalizam todos os actos de ocupação que o direito internacional considera como crimes ilegais.

Descobrimos tudo isso com a

experiência. Não é retórica política: são casos de vítimas que representámos em tribunal.

Quando se esgotam os recursos legais no âmbito nacional, é necessário recorrer à jurisdição universal. Fizemo-lo em Berna, Suíça, em Londres... Em Madrid, em 2013, apresentámos um caso contra seis líderes militares e de segurança israelitas, e depois de uma decisão positiva dos juízes ficámos em choque quando [Miguel Ángel] Moratinos, o ministro dos Negócios Estrangeiros, pediu desculpa à então ministra da Defesa, Tzipi Lvini, e prometeu mudar a lei. Em menos de um ano, mudaram a lei.

Não tínhamos outra escolha além de recorrer ao TPI, um tribunal que sigo há muito tempo.

A adesão da Palestina não foi simples.

Foi fantástico quando conseguimos pressionar o Presidente palestino, após o reconhecimento da Palestina como Estado [observador, pela ONU], a tornar-se membro do Estatuto de Roma em 2015. Quero sublinhar que uma das nossas condições para representar a Palestina era que todos os partidos políticos apoiassem a adesão, até o Hamas ou a Jihad Islâmica. Reunimo-nos com todos e pressionámo-los muito para que aderissem ao TPI, e todos concordaram.

Depois envolvemo-nos com o processo para o TPI. As organizações palestinas de direitos humanos, em especial a Al Haq, Al Mezan, e a PCHR, de que sou director, contribuíram de forma significativa para que este fosse o conflito mais bem documentado da história.

Como vê o desenrolar destes casos contra Israel tanto no TIJ como no TPI? A ocupação classificada como ilegal e os mandados do TPI são grandes marcos, mas há quem chame a



Descobrimos, com a experiência, que o sistema de justiça de Israel serve para dar cobertura legal a crimes sistemáticos

No TPI sonhava que pudesse haver uma investigação, não mandados contra Netanyahu e Gallant

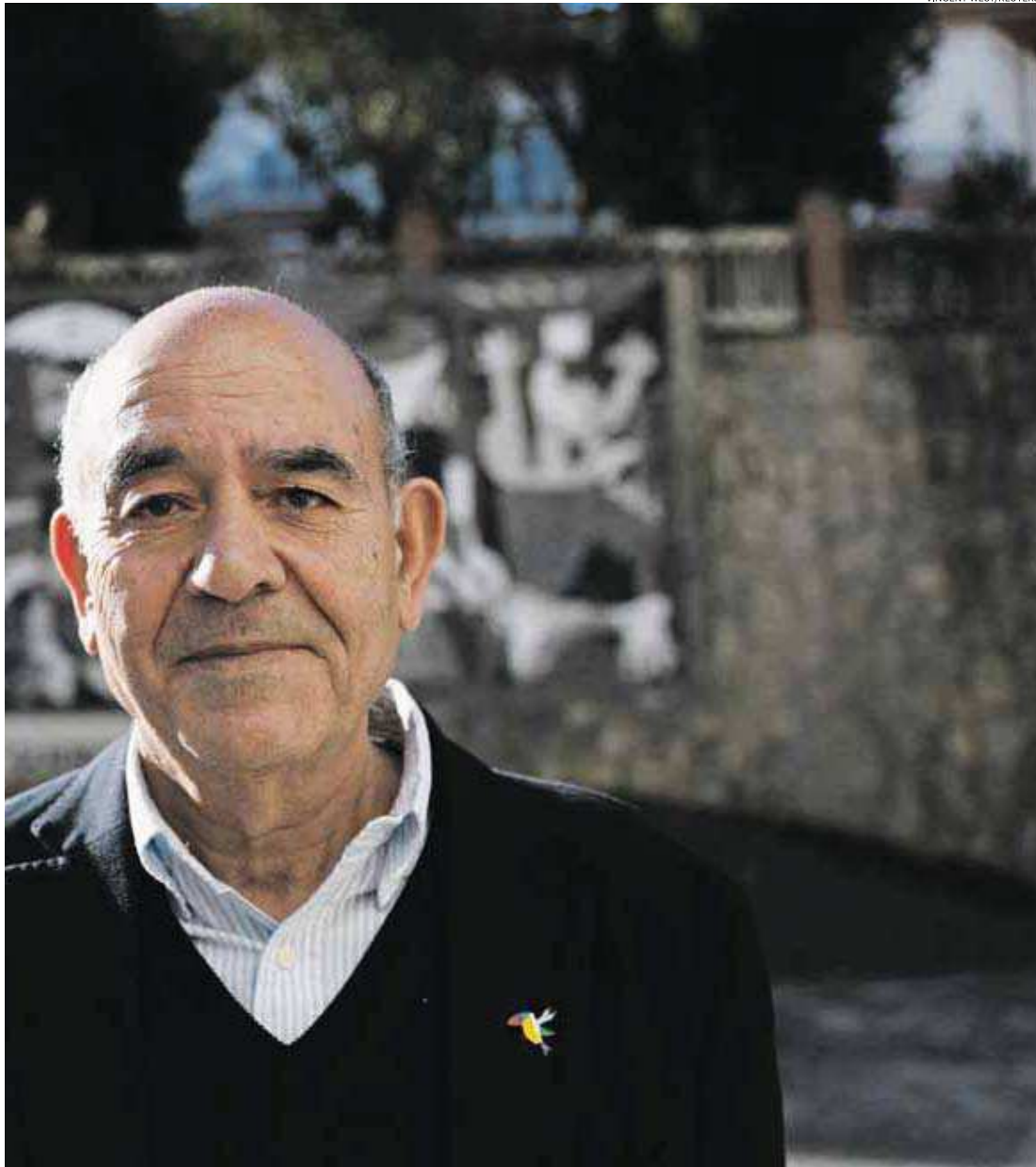
atenção para a falta de efeitos práticos destas decisões.

Penso que temos de pôr as coisas desta forma: se me perguntassem, como advogado, como revolucionário romântico que acredita no Estado de direito, na justiça e na dignidade humana, que trabalhou 45 anos da sua vida na defesa das vítimas palestinas e do povo palestino sob ocupação: alguma vez sonhaste em chegar a isto?

É preciso ter em conta que se trata de Israel, totalmente apoiado pelos EUA a nível jurídico, político, económico, e de outros modos totalmente apoiado pela Europa.

E nós somos um grupo de advogados, palestinos e internacionais, que desafiou estes enormes poderes. No TPI, sonhava que pudesse haver, um dia, uma investigação. Mas não que houvesse dois mandados contra Bibi [Netanyahu] e [Yoav] Gallant.

Trabalhámos arduamente, estávamos numa missão impossível.



E conseguimos criminalizar o topo da pirâmide: são suspeitos de serem criminosos de guerra!

É por isso que o TPI está a ser atacado com decretos presidenciais dos EUA. Isso significa que estão a ser afectados. Através de trabalho legal de grande qualidade, estão a perder o equilíbrio e direcção.

Ao mesmo tempo, no TIJ, conseguimos, por um lado, que a África do Sul defendesse o caso palestiniano com toda a sua história e política e o que ela representa. Penso que apenas por isso, por acusar Israel do crime mais grave do mundo, o genocídio, a África do Sul fez história. Foi capaz de levar a dor, o sangue e o sofrimento dos habitantes de Gaza ao palco do tribunal mais importante do mundo. E logo depois disso, a imposição de medidas provisórias [a Israel]. E ganhámos a opinião sobre a ilegalidade da ocupação.

Por isso, sim, legalmente ganhámos, conseguimos ter

vantagem sobre os israelitas e mostrar que o direito internacional está connosco. Estamos no lado certo da História, estamos a representar uma causa justa. E isto dá-nos autoridade moral sobre criminosos que estão a levar a cabo um genocídio à luz do dia.

Mas falta uma coisa: o TPI e o TIJ não têm um organismo de aplicação da lei, isso cabe aos Estados, que não querem fazê-lo. É por isso que vemos a sociedade civil em todo o mundo a manifestar-se, a pressionar os governos para que tomem essa medida e a apliquem, para que acabe o genocídio, para que acabe a lei da selva. Este movimento, as flotilhas e manifestações, são vitais. **Como descreve a situação actual em Gaza?**

Há trinta anos, fui muito crítico dos Acordos de Oslo. E a razão para isso foi não ter havido uma única palavra sobre a ocupação, nem sobre direito internacional, sobre o nosso direito à

autodeterminação, os direitos inalienáveis do povo palestiniano.

Agora, temos um cessar-fogo e Israel, o genocida, no controlo efectivo. Estão em Gaza a controlar 53% com os seus tanques, e nós estamos encurralados numa parte muito pequena de Gaza.

Penso que o cessar-fogo é muito frágil e que Israel não o respeita e não tem intenção de o respeitar. E dizem isso de modo flagrante, público, até o primeiro-ministro.

Mas depois são eles as vítimas. Nós não. Não aqueles que são objecto do genocídio. Nós não existimos. Não somos seres humanos. O que merecem os palestinianos? Matança e transferência. É kaskiano: o genocida é a vítima, e nós, o povo palestiniano, o agressor.

Por isso é muito difícil acreditar que isto vai resultar. Penso que vão continuar o que estão a fazer, o genocídio e a limpeza étnica dos palestinianos em Gaza e na Cisjordânia.

ID: 119938713

04-11-2025



Entrevista a Raji Sourani
“É kafakiano: o genocida é a vítima, e nós, o povo palestino, os agressores”
Mundo, 20/21